

A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça

Enrique Serra Padrós¹

Resumo: O presente artigo analisa a Operação Condor no quadro da conexão repressiva das ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas (décadas de 60 a 80). As mesmas procuraram destruir focos e projetos reformistas, antiimperialistas e/ou revolucionários e impor nova forma de inserção dos respectivos países ao capitalismo central. A Operação Condor é percebida como articulação clandestina e repressiva dos países do Cone Sul visando a perseguir e eliminar dissidentes políticos e organizações de resistência que desde o exílio denunciavam a opressão e o clima de medo existente na região. O esquema Condor funcionou como organização criminosa que agiu além-fronteiras realizando operativos que variaram do seguimento e vigilância até seqüestro, assassinato e desaparecimento de pessoas. O artigo também avalia a relação dos EUA com as ditaduras. Finalmente, exemplifica com alguns fatos e protagonistas a luta de resistência e denúncia contra esses regimes e sua coordenação repressiva bem como a persistência no combate ao legado de esquecimento induzido e impunidade e na exigência de Verdade e Justiça.

Palavras-chave: Operação Condor; Ditaduras de Segurança Nacional; Cone Sul; Conexão repressiva; Direitos Humanos

*... cantamos porque el cruel no tiene nombre
y en cambio tiene nombre su destino.*

Mario Benedetti
(Por qué cantamos)

Enrique Serra Padrós é professor do Departamento e PPG-História/UFRGS.

1 Introdução

De todas as modalidades de atuação que constituíram a *guerra suja* promovida pelas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, entre as décadas de 60 a 80, nenhuma foi tão clandestina como aquela que se tornou sinônimo da mais complexa colaboração regional, a coordenação repressiva por excelência, a Operação Condor. A sua capacidade operativa foi a maior demonstração de como, naquela conjuntura, as fronteiras nacionais foram ignoradas e se tornaram extremamente fluidas para o deslocamento de comandos especializados que, ao estilo da grande ave de rapina, desrespeitaram limites territoriais e soberanias, carregando, nas suas *asas*, medo e morte para aqueles que supunham estar a salvo em outros países.

No Cone Sul pós-ditaduras, o fomento à desmemória e ao desconhecimento da história recente tem persistido por iniciativa ou omissão de determinados agentes políticos e sociais. Políticas de silêncio e processos de anistia de interpretações ambíguas pouparam os agentes repressores, fragilizando sensivelmente os processos de redemocratização.

A luta contra a *Condor* se insere dentro dessa perspectiva; foi e continua sendo a luta pela recuperação de uma história regional comum, de multiplicidade de missões, protagonistas, cenários, agressores e vítimas. É a luta pela reconstrução de um mosaico pulverizado em miríade de ordens, ações e responsabilidades. É a luta que conflui em um desafio maior: a recuperação da verdadeira dimensão do que foram as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, tanto tomadas caso a caso quanto em conjunto. A luta pelo desvelamento da Operação Condor é a mesma que demanda a abertura de arquivos repressivos, respostas sobre o destino dos desaparecidos e que defende a exigência expressa na consigna “verdade, justiça e fim da impunidade”.

2 As Ditaduras de Segurança Nacional e a Operação Condor

No final dos anos 50, no cenário da Guerra Fria, a América Latina sofreu dois processos que a abalaram profundamente. Em primeiro lugar, a crise estrutural resultante do esgotamento de modelos econômicos, do fim dos saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra, dos custos da terceira revolução industrial e da drenagem de riquezas realizada por grupos estrangeiros. Em segundo lugar, a vitoriosa jornada revolucionária de Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos e a construção de um poder popular e socialista em Cuba, exemplo para a luta antiimperialista na região. Assim, a imposição dos efeitos da deterioração econômica sobre os setores populares, bem como a

agitação decorrente de mobilizações internas, demandas de mudança, radicalização política, endurecimento dos setores conservadores e efervescência estudantil, foram expressão de deterioração democrática acompanhada por uma presença estatal cada vez mais coercitiva diante da necessidade de conter a crescente insatisfação social.

A combinação dos efeitos desses dois grandes processos levaram os Estados Unidos (EUA) a reavaliar a nova situação e os aliados necessários para conter tamanho perigo, além de lançar uma feroz ofensiva de encontro a qualquer ameaça contra seus interesses e dos setores dominantes locais, através de mecanismos tanto legais, nos marcos do capitalismo, quanto de violência organizada. Na prática, os EUA passaram a implementar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹, ancorados no entendimento de que qualquer intimidação comunista na América Latina atingia-os; ou seja, a segurança interna dos diversos países da região, passava a ser, também, preocupação estadunidense. Nesse sentido, a compreensão da proposição de uma conexão repressiva como a Operação Condor deve estar alicerçada no emaranhado de três eixos pontuais: a vinculação histórica entre os setores dominantes locais e a dos países centrais; os interesses dos EUA na região e sua ascendência doutrinária sobre os exércitos nacionais; a multiplicação de focos de contestação e a irrupção de governos de esquerda e de centro-esquerda e o conseqüente temor de uma *cubanização* da América Latina.

O golpe de Estado contra o governo João Goulart no Brasil, em 1964, interrompeu o processo de aplicação das reformas de base em curso e iniciou a expansão da onda contra-insurgente por todo o continente, particularmente no Cone Sul. O Brasil se tornou laboratório de práticas repressivas e foco disseminador das mesmas (tortura, esquadrões da morte, seqüestro-desaparecimento de pessoas). Depois dele (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e novamente Argentina (1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares baseadas na DSN que estabeleceram como principais eixos um anticomunismo militante, a identificação do *inimigo interno*, a execução da guerra interna (*contra-insurreição*), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de *fronteiras ideológicas*. Evidentemente que cada caso teve as suas especificidades na definição do inimigo prioritário e na organização das estratégias de repressão, porém, o marco geral de tais experiências, as diretrizes globais e a lógica de desenvolvimento, foram comuns.

De qualquer forma, os novos regimes defenderam a desmobilização e

¹ A ameaça comunista no interior de cada país apontava para a existência de um *inimigo interno* que devia ser eliminado através dos métodos da *guerra suja*, como já haviam sido experimentados pela França, na Argélia, e pelos EUA, no Vietnã (Operação Fênix).

despolitização da sociedade, bem como impuseram programas de desnacionalização econômica, privatizações² e concentração da riqueza. Sua consolidação implicou na criação de um novo modelo social construído a partir de uma política de terror exercida desde o Estado e de uma cultura de medo projetada sobre o conjunto da sociedade, procurando atingir até os comportamentos mais cotidianos de convivência. As estratégias para tanto fizeram parte de um plano sistemático e bem organizado de violação política, física, psicológica, massiva e sistemática dos direitos humanos.

Para enfrentar a “subversão” as ditaduras desencadearam uma *guerra suja* que teve seu maior refinamento na metodologia dos assassinatos e dos *desaparecimentos*, práticas que impediam a aplicação de dispositivos legais de defesa e que estavam alicerçadas na certeza da impunidade e do esquecimento futuro. Com tal metodologia, a repressão garantia máxima eficiência com um mínimo de responsabilidade. Não sendo reconhecida a detenção do prisioneiro, este ficava totalmente à mercê dos seqüestradores; depois, era só uma questão de apagar os vestígios da detenção, do assassinato e dos restos mortais da vítima.

Apesar das nuances de cada caso nacional, a lógica violenta dessa máquina repressiva está contida em terríveis palavras proferidas por ilustres responsáveis desses regimes discricionários. É o caso do general Videla, quem sentenciara, antes do golpe na Argentina, em uma reunião de militares da região que: “Se for preciso, na Argentina vão morrer tantas pessoas quantas forem necessárias para que se alcance a paz no país”. (DINGES, 2005) Já o brasileiro Geisel afirmou: “esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.” (GASPARI, 2003. p. 324). Ou então, nas palavras do eminente Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, ao sugerir aos militares argentinos: “matem, mas sejam rápidos”. (GASPARI, 2003. p. 324)

Por detrás dessa lógica e com a justificativa de ganhar tempo e informação, todo interrogatório virou tortura, e esta, uma das marcas registradas das ditaduras latino-americanas. Para destruir a “subversão” (trabalhadores, estudantes, jornalistas, guerrilheiros, enfim, qualquer um que discordasse da ordem autoritária), impingiu-se o silêncio, a delação, a ocultação, a cumplicidade, a cooperação, a denúncia e o adesismo. Ao desempenhar a sua função pedagógica, o Terror de Estado semeou insegurança, imobilismo e desesperança, esperando colher a *cultura do medo*. Finalmente, como se tudo isso não bastasse, as ditaduras desenvolveram esquemas de colaboração efetiva. Desses, o mais so-

² Quanto ao programa econômico o Brasil foi exceção. O projeto de um Brasil potência fez com que diversas áreas consideradas estratégicas fossem mantidas na esfera do Estado (casos da indústria bélica e da exploração de recursos essenciais) e que se investisse em setores públicos prioritários (caso, por exemplo, das universidades públicas).

ficado e destrutivo foi o pacto clandestino que assumiu a terrível figura do voo do condor.

3 A estrutura condor

A Operação Condor nasceu diante das necessidades de colaboração dos serviços de inteligência das ditaduras latino-americanas, as quais constituíram uma espécie de internacionalização articulada do padrão repressivo aplicado internamente nos respectivos países associados (privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, maus-tratos, homicídios e desaparecimentos). (Volodia Teitelboim apud CALLONI, 1999, p. 22). Para o ativista paraguaio Martín Almada, tratou-se de uma rede de terror para neutralizar a atuação das oposições além-fronteiras, através do medo e do extermínio.³

No ano de 1974, a Argentina era a última democracia ainda vigente no Cone Sul e, como tal, albergava comunidades de exilados dos demais países da região. As ditaduras vizinhas mostraram-se preocupadas com a proliferação de mobilizações e atos políticos promovidos pelos exilados; sendo assim, solicitaram a colaboração das autoridades locais para eliminar tais focos. Nesse momento, já se ventilavam propostas para ampliar qualitativamente a colaboração regional existente. Solicitava-se, também, permissão para infiltrar agentes nas embaixadas e conectá-los aos órgãos de segurança locais, estabelecendo uma rede de inteligência para processamento e divulgação de toda informação colhida. Da mesma forma, pretendia-se obter imunidade para os agentes que atravessassem fronteiras cumprindo funções anti-subversivas.

O êxito das ocasionais parcerias repressivas estimulou o nascimento da Operação Condor. Entre as iniciativas contabilizadas destacavam-se duas. A primeira, o assassinato, em Buenos Aires, do ex-ministro de Allende, o general Carlos Prats (1974).⁴ A segunda, a frustrada *Operación Colombo*, ação binacional que pretendia tornar pública a morte de 119 militantes chilenos desaparecidos pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), mas como se tivessem sido

³ ALMADA, Martín. Un sueño libertario que terminó en una pesadilla: El Operativo Cóndor. Palestra apresentada na mesa *Terror de Estado: alvos, seqüelas, impunidade*. A *História bem contada*. Organizada pela Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura. II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2002.

⁴ Prats foi o principal militar constitucionalista no governo Allende. Foi Ministro de Defesa e comandante chefe do Exército até ser substituído pelo general Pinochet, poucas semanas antes do golpe de 11 de setembro. Depois, exilou-se na Argentina, onde virou importante referência do exílio chileno.

mortos em território argentino em confronto entre grupos de exilados ou em ações militares ocorridas nesse país.⁵

A experiência bem sucedida de colaboração, nos anos 60, contribuiu para convencer setores recalcitrantes das Forças Armadas da urgência de estabelecer vínculos subterrâneos mais estreitos, interligando os serviços de inteligência regionais entre si, e deles com o dos EUA. O saldo positivo no balanço da maioria das iniciativas de cooperação apontava para a viabilização de uma estrutura de articulação regional. Por outro lado, desde 1973, circulavam informações de que organizações armadas latino-americanas remanescentes (e já bastante enfraquecidas), estavam unindo esforços para coordenar ações conjuntas dentro de uma nova estrutura denominada *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). Esta organização era integrada pelo uruguaio *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaro* (MLN-T), pelo argentino *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), pelo chileno *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e pelo boliviano *Ejército de Libertación Nacional* (ELN). (BOCCIA & GONZÁLEZ, 2006, p. 284). (Embora a JCR não tivesse chegado a atingir uma fase plenamente operativa, a sua simples existência serviu muito bem como justificativa para a efetivação da Operação Condor.

Portanto, foi dito que a descoberta dessa ameaça subversiva supranacional, associada ao anticomunismo militante, foi fator decisivo para justificar a articulação das forças de segurança regionais, como expressa o ex-Ministro do Exército do governo Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves:

[...] ficam aí falando da célebre “Operação Condor”. Sempre digo, [...] “a toda ação corresponde uma reação igual em sentido contrário” [...]. Se a orientação e o apoio [...] vinham de fora - vinham da Rússia e da China, via Cuba ou Uruguai - enfim, era um movimento internacional integrado, o que há de estranho no fato de o Cone Sul se reunir para colocar um “basta” a isso, com troca de informações, já que todos eram atingidos? (MOTTA, 2003, 92).

Na prática, o amadurecimento de uma proposição de cooperação regional era só uma questão de tempo. Assim, a Operação Condor tomou forma duran-

⁵ O motivo essencial da *Operación Colombo* consistia em que: “en Chile había familiares de desaparecidos que los reclamaban y no había cadáveres que mostrar. Y lo que sobraba en Argentina eran cadáveres. Diariamente la Triple A asesinaba, quemaba, destrozaba y destruía huellas digitales.” BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002. p. 102. Manuel Contreras solicitou à repressão argentina que apresentasse cadáveres com carteiras de identidade chilenas para induzir aos familiares das vítimas da DINA de que as mesmas haviam “caído” no exterior. Ver ROJAS BAEZA, Paz et al. *La gran mentira: el caso de 119 detenidos desaparecidos*. Santiago: Lom Ediciones, 2005. Também SEPÚLVEDA RUIZ, Lucía. *119 de nosotros*. Santiago: Lom Ediciones, 2005.

te 1975,⁶ sob iniciativa do general Pinochet e de Manuel Contreras, chefe da DINA, quem articulou a I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, em Santiago, com a participação da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. No encontro foi confirmada a permissão de troca de prisioneiros entre os serviços de inteligência e a designação dos adidos militares das respectivas embaixadas como elementos de ligação. (CALLONI, Web, Acesso: 8 ago. 2006). A estrutura tomou forma e nome (homenageou-se os anfitriões chilenos através do animal símbolo do país) e teve seus objetivos definidos: coordenação, cooperação e aprofundamento do combate anti-subversivo; levantamentos, intercâmbio e armazenamento de informações e inteligência sobre atividades dos “inimigos internos”; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações conjuntas contra elementos “terroristas” nos países membros; formação de equipes especiais para viajar a qualquer país fora da região a fim de realizar ações contra opositores. Em tese, a dinâmica de atuação previa três fases: a primeira, visando, principalmente, à formação de um banco de dados comum; a segunda, desencadeando ações de monitoramento, controle e vigilância sobre a oposição política na região; a terceira, a realização de tarefas fora do Cone Sul.

Durante muito tempo, a participação brasileira no encontro fundador foi um verdadeiro mistério. A cúpula militar brasileira sempre persistiu, veementemente, na negação de qualquer grau de participação nesse esquema regional. Porém, a descoberta de uma cópia da ata de fundação da *Condor*, nos arquivos paraguaios, indicava que o Brasil havia participado na qualidade de país observador. Durante anos, os nomes dos delegados brasileiros ficaram encobertos pelo pó do silêncio dos protagonistas e dos documentos sonogados. Coube ao jornalista Luiz Cláudio Cunha divulgar segredo tão bem guardado. (CUNHA, 2008, p. 419-423). O de que o Brasil havia sido representado pelo coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, ambos com prévia e destacada participação na campanha do Araguaia.

A *Condor* ganhou altura e seu vó não teve limites. Em outubro de 1975, antes mesmo da formalização oficial, suas garras atingiram o ex-deputado da Democracia Cristã chilena Bernardo Leighton, em Roma. No ano seguinte, Buenos Aires foi sacudida pela incursão de comandos de extermínio que, entre tantos outros, assassinaram os parlamentares uruguaios Héctor Gutiérrez Ruiz e Zelmar Michelini e o ex-presidente boliviano general Juan José Torres.⁷ A

⁶ Não há consenso quanto à vigência da Operação Condor. O período de maior atividade foi entre 1976 e 1978. Pode-se supor que ela persistiu até o final das últimas ditaduras, em 1989 (Paraguai e Chile). Sabe-se, também, que unidades remanescentes ainda agiram posteriormente (caso do sequestro e desaparecimento do químico chileno Eugenio Berríos).

⁷ Persistem, até hoje, dúvidas sobre as mortes dos ex-presidentes João Goulart (Brasil), Eduardo Frei (Chile), Jaime Roldós (Equador) e Omar Torrijos (Panamá). Todas ocorreram durante a vigência da conexão repressiva. Há especulações de que podem ter sido vítimas de ações próximas ao esquema condor (nos casos de Roldós e Torrijos, com participação da CIA também).

partir deste momento, a Operação Condor semeou pavor entre a comunidade exilada; milhares de pessoas foram perseguidas pelas suas unidades, imunes graças ao encobrimento da Agência Central de Inteligência (CIA) e da colaboração direta dos serviços secretos regionais. A articulação destes últimos, entretanto, ganhou certa autonomia diante da Agência Central, o que, evidentemente, desagradou a Washington, principalmente quando, em setembro de 1976, ocorreu o assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro de Allende, em território estadunidense. Neste caso, a Operação Condor, de forma ousada, usou quadros e conexões da própria CIA (como Michael Townley, quem participou do atentado contra Prats). Com o passar dos anos, a coordenação repressiva também abrangeu o Equador, o Peru e a América Central. Diversos atentados e tentativas frustradas ocorreram em território dos países membros, mas também atingindo as comunidades exiladas no México, Espanha, França, Itália, Portugal, entre outros, numa articulação crescente do Condor com grupos europeus de extrema-direita e cubanos anticomunistas.

Os fatos confirmam que a intencionalidade dos acordos de cooperação constante nos documentos fundacionais foi concretizada nas ações executadas pela Operação Condor. Enquanto esquema de conexão repressiva regional, confirmou a perseguição e detenção de opositores, e sua entrega clandestina às ditaduras dos países de origem, sendo que o período de maior atividade foi o biênio 1976-77. O funcionamento eficiente da organização implicava na pré-existência de um marco de afinidades política, econômica e ideológica entre os países sócios, o que era garantido pelas diretrizes da DSN.

A existência da Operação Condor e os atentados, seqüestros, desaparecimentos ou entregas executadas sob a sombra das suas asas foi negada durante muito tempo, até a descoberta dos documentos paraguaios e a desclassificação da documentação dos EUA. Pretendia-se, com essa atitude, mascarar, apagar e encobrir responsabilidades e colaboracionismos. A mentira e o silêncio cúmplice, garantias de impunidade e de imunidade das unidades envolvidas e da linha de comando, foram a base daquela negação.

Um dos primeiros casos que forneceu evidências de que o padrão de colaboração binacional havia sido reconfigurado foi o dos irmãos Anatole e Victoria Julien Grisonas. O menino, de quatro anos, e a menina, de um ano e meio, eram filhos de um casal de uruguaios exilados em Buenos Aires, vinculados a uma pequena organização política, o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). A residência da família fora atacada por forças militares em setembro de 1976 e, como consequência direta, os pais passaram a engrossar a lista de desaparecidos. Quanto às crianças, acabaram sendo vistas em Automotores Orletti, um dos centros clandestinos de detenção que funcionavam como base dos comandos uruguaios na Argentina. Em outubro, Anatole e Victoria foram levados a Montevideú, onde ficaram no local pertencente ao *Servicio de Información de*

Defensa (SID). Finalmente, em dezembro do mesmo ano, no que ainda é um grande mistério, acabaram na cidade de Valparaíso, no Chile, sendo abandonadas na praça O'Higgins. Levadas a um orfanato nas proximidades, acabariam sendo adotadas, posteriormente, por um casal que não podia ter filhos.⁸

Simultaneamente a estes fatos, os familiares, uma vez cientes do seqüestro, seguiram todas as pistas possíveis atrás de informação sobre os jovens pais e seus filhos. Somente no ano de 1979 alguém associou as fotografias dos irmãos, constantes nas proclamas das organizações solidárias, com a de duas crianças que conhecera no Chile. Esta complexa trama passou, então, pelas mãos do grupo "EL AMOR" e de Dom Paulo Evaristo Arns. Desde São Paulo, decidiu-se checar a denúncia e, uma vez confirmada a informação recebida, foram chamados os familiares. Seguiu-se, então, uma dura e delicada negociação entre os pais adotivos (que não tinham nenhuma vinculação com o regime Pinochet) e a família biológica. Psicólogos alertaram que separar as crianças dos pais adotivos poderia aumentar a situação traumática vivenciada (perder os pais por uma segunda vez). Finalmente, com enorme desprendimento e compreensão da família biológica, foi feito um acordo. Anatole e Victoria continuariam morando com a família adotiva, manteriam seus verdadeiros nomes e poderiam visitar seus avós, no Uruguai, com a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A revista *Istoé*, na época, registrou a gravidade da situação e a perversidade da lógica que a criara:

Não há, não pode haver final feliz para uma história como esta. A avó, casal chileno, as crianças, seus pais, todos são vítimas de um criminoso sem rosto e sem nome – um sistema de repressão multinacional. É por isso que a longa busca de dona Angélica [a avó biológica] não terminou em paz. Ela tem o direito natural de ficar com os netos, sangue do seu sangue. O casal chileno tem pelas crianças o amor de pais verdadeiros – e também quer conservá-las. (ROSSI & CARVALHO, 8 ago. 1979, p. 27).

A procura desesperada dos avós somava-se o trauma gravado no inconsciente das crianças. Mas haveria, ainda, um elemento “perturbador” que em algum momento viria a se manifestar. A solução recomendada por psicólogos e entidades de direitos humanos era de que, caso reaparecessem os pais verdadei-

⁸ INVESTIGACIÓN HISTÓRICA SOBRE DETENIDOS DESAPARECIDOS. t. 3 Datos de las víctimas. Fichas Personales. Montevideo: Presidencia República Oriental del Uruguay: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. p. 736-749.

⁹ Home para Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.

ros, as crianças voltariam para eles imediatamente.¹⁰ Esta situação, então, motivou uma pergunta de Anatole, de extrema complexidade para a cabeça de um menino com dificuldade de entender e abstrair tudo o que sofrera em tão poucos anos. Ao viajar pela primeira vez a Montevideu e começar a ter contato com fatos, fotos, histórias e amigos dos pais biológicos, perguntou a avó:

- Abuelita ¿todavía seguís buscando a mis papitos verdaderos?
- Sí, todavía los seguimos buscando y si algún día estos abuelitos ya no están más, tus tíos o tus primos continuarán buscándolos.
- Abuela, yo quiero volver a mis papis, quiero volver a jugar con mamá, quiero que papá vuelva a llevarme al zoológico. Pero abuelita, ¿qué vamos a hacer con estos papás de Chile que tenemos ahora y a los que también queremos mucho? (SILVA, , 1989. p. 151).

O caso dos irmãos Julien foi a demonstração concreta de que a coordenação repressiva não tinha limites para suas ações. Sob as justificativas da segurança nacional, duas crianças foram tratadas como inimigas, e no seu seqüestro, transporte e ocultação, três ditaduras agiram de forma articulada dentro dos marcos da Operação Condor.¹¹

4 O envolvimento dos Estados Unidos

Dentro do contexto da Guerra Fria, os EUA proporcionaram instrução militar, orientação ideológica e ajuda material àqueles setores que consideravam os mais preparados para barrar a expansão insurgente e salvaguardar seus interesses estratégicos na região. O uso deliberado de programas de assistência, missões dos serviços de inteligência e respaldo diplomático foram uma constante, além do monitoramento de tudo o que ocorria, fato corroborado pelo volume de informação que circulava na rede formada pelas embaixadas e consulados regionais e pelos Departamento de Estado e Pentágono.

Historicamente, coube à CIA uma atuação mais intensa e direta, conectando-se com segmentos da segurança local, combinando estratégias de vigilância sobre exilados, transmitindo experiência sobre tortura elétrica e fornecendo o equipamento adequado para sua aplicação. Quanto às embaixadas estadunidenses, também encobriram um emaranhado de atividades ilegais, com especial destaque para as atividades desempenhadas pelos agregados militares,

¹⁰ *Clamor*, ano 2, n. 8, dezembro 1979.

¹¹ No ano de 2009, os irmãos Julien, os quais continuam morando no Chile, participaram ativamente na campanha pela revogação da lei que anistiou os repressores no Uruguai.

elementos estratégicos de ligação com as forças armadas locais. Da mesma forma, podiam comportar bases operativas de inteligência e informação (com acesso a bancos de dados restritos às autoridades do país) a partir das quais infiltravam agentes e cooptavam altos escalões do poder civil e policial. Em síntese, os EUA proporcionaram treinamento, material de apoio, informações e sistemas de comunicações aos agentes da Operação Condor e disseminaram inteligência sobre os seqüestros e torturas que praticavam.

A desclassificação de milhares de documentos, como no caso da repressão argentina (*Argentina Project*) pelo Departamento de Estado, em 2001, tornou público o quanto os EUA conheciam as ações de caça às oposições, a violação massiva de direitos humanos, bem como as detenções ilegais e transferências clandestinas sob a sombra da *Condor*. Precisamente, a primeira menção ao operativo está datada em julho de 1976 e aponta para uma organização regional que intercambiava informação, encobria atuação ilegal de comandos no interior de outros países e eliminava exilados.¹²

Efetivamente, o informe do agente do FBI, Robert Scherrer, de setembro de 1976, não deixava margem para dúvidas:

"Operación Cóndor" es el nombre en clave de un acuerdo de cooperación para recopilación, intercambio y almacenamiento de datos de inteligencia concernientes a los llamados "izquierdistas", comunistas y marxistas establecido recientemente en cooperación entre los servicios de inteligencia de América del Sur para eliminar las actividades terroristas marxistas en el área. Adicionalmente, la "Operación Cóndor" mantiene operaciones conjuntas contra blancos terroristas en los países miembros de la "Operación Cóndor". [...] Los países miembros que demuestran mayor entusiasmo a esta fecha son Argentina, Uruguay y Chile. Los últimos tres países se han comprometido a operar en conjunto, principalmente en Argentina, contra blancos terroristas. [...]¹³

Scherrer, inclusive, descrevia o funcionamento detalhado da etapa mais sofisticada do operativo:

La tercera fase, la más confidencial de la "Operación Cóndor", incluye la formación de equipos especiales de los países miembros preparados para trasladarse a cualquier parte del mundo, a países no miembros del acuerdo para llevar a cabo sanciones y hasta asesinatos contra terroristas o partidarios de organizaciones terroristas de los países miembros de la "Operación Cóndor". Por ejemplo, si en

¹² Subject: South Americac [sic] Southern Cone Security Practices. Memorando da Embaixada de Buenos Aires para o Departamento de Estado, 23 jul. 1976. Documento Desclassificado do Departamento de Estado. (Argentina Project).

¹³ Documento desclassificado pelo Departamento de Estado em 28 set. 1996. "CHILBOM / CONDOR", datado em 28 set. 1976. Apresentado por BOCCIA PAZ, Alfredo et al.. Op. cit., p. 172.

un país europeo se ha detectado a un terrorista o a un partidario de una organización terrorista de un país miembro de la "Operación Cóndor", un equipo especial será enviado a localizar y reconocer el blanco. Cuando la operación de vigilancia haya terminado, un segundo equipo de la "Operación Cóndor" viajaría a llevar a cabo la sanción real contra el blanco. Equipos especiales que usarían documentación falsa de los países miembros de la "Operación Cóndor" podrían estar formados exclusivamente por individuos de una sola nación miembro o pueden estar compuestos por un grupo mixto proveniente de varios países miembros de la "Operación Cóndor".

Paradoxalmente, poucos dias depois, Henry Kissinger indicava aos generais argentinos que acelerassem o confronto com a subversão, pois a defesa dos direitos humanos era ponto estratégico da plataforma do candidato democrata James Carter, o que certamente deterioraria as relações dos EUA com as ditaduras do Cone Sul (o que efetivamente ocorreu).¹⁴ Ou seja, tal recomendação significava uma espécie de *luz verde* dos EUA para a destruição dos "subversivos" locais e centenas de exilados que residiam na Argentina sob a sombra da coordenação repressiva e das asas da *Condor*.

5 A resistência contra a Operação Condor

A luta contra a *Condor* se conforma a partir das denúncias que, de forma temerosa e fragmentada, vieram a público, no exílio. São registros que apontam a presença de unidades militares chilenas e uruguaias circulando pelas ruas de Buenos Aires e de outras grandes cidades argentinas, logo após o golpe de Estado de março de 1976. Pouco a pouco, tais denúncias e testemunhos se constituem em um método de resistência e de indignação. Inúmeras são as pequenas e grandes histórias que registram a disposição épica daqueles que, diante do silêncio, do medo e da apatia ou paralisia geral, insistiram, de forma teimosa, em denunciar em praça pública, na imprensa e nos fóruns internacionais o segredo que as ditaduras do Cone Sul guardavam a sete chaves, a existência de uma organização criminosa clandestina resultante de um pacto regional de perseguição e extermínio.

A seguir, registramos algumas manifestações e fatos dessa luta corajosa que consideramos centrais no resgate da história do rastro de crimes cometidos pela *Condor* sob o guarda-chuva da Segurança Nacional.

¹⁴ Memorando do 7 jul. 1976. Documento desclassificado pelo Departamento de Estado dos EUA, *La República*, Montevideo, 6 dic. 2003, p. 23.

3.1 Madres e Abuelas: paridas pelos desaparecidos

A importância do papel vital cumprido pelas organizações de direitos humanos, no contexto das ditaduras de Segurança Nacional, é difícil de mensurar. Particularmente, é o exemplo daquelas que aglutinaram familiares e amigos das vítimas, em todos os países atingidos, como expressão de dor e de perguntas que não encontravam respostas. Paulatinamente, foram adquirindo um perfil mais combativo, reivindicativo e de denúncia. O caso do movimento *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo* é o que adquiriu dimensão mais universal, inegavelmente pelo fato da Argentina estar no epicentro do furacão repressivo do Cone Sul, mas também pela ousadia e capacidade de mobilização que essas organizações acabaram demonstrando.

A ocupação da praça (*Plaza de Mayo*) significou construir uma trincheira que delineou uma espécie de terra livre na longa noite dos generais. O lenço branco representando as fraldas dos filhos ausentes foi a marca definitiva daquelas mulheres que, desde o início, foram alvo do escárnio de uma ditadura que as nomeava como loucas (*las Locas de Plaza de Mayo*) para desacreditar seus lamentos e demandas diante de uma população totalmente refém da censura. Mulheres que, ao serem proibidas de sentar na praça ou ficar simplesmente paradas, conversando - conspiração contra a ordem vigente, segundo as regras de tempos de exceção -, diante da ordem autoritária de "circulem!, circulem!" que tentava afastá-las da praça, começaram a caminhar, todas juntas, em círculos, a mesma praça que as adotou e que por elas foi adotada e que nunca mais abandonaram.¹⁵ Assim surgiram as rondas das *Madres*.

Todas as *madres* procuravam seus filhos; porém, um grupo menor também procurava seus netos, fator gerador do movimento das *Abuelas*. Entre todos os países do Cone Sul, a Argentina sofreu o maior extermínio físico, seqüestro e apropriação de crianças (*Botín de Guerra*) e ataque dos *condores da morte*. Dezenas de exilados foram desaparecidos (entre os quais diversas crianças), e centenas foram vítimas de seguimento, ameaças, espionagem, roubos, seqüestros e desaparecimentos temporais. Por isso, a denúncia das *Madres e Abuelas* foi sempre contra todas as formas repressivas locais, mas também regionais.

A organização pagou um preço alto pela valentia em ocupar praças e ruas proferindo acusações contra a ditadura. Muito além de ameaças, atentados e outras formas de intimidação, algumas das suas integrantes também foram vítimas da política de extermínio. Um caso emblemático foi o seqüestro, em de-

¹⁵ Fato que se repete até hoje, todas as quintas-feiras. Vinte e cinco anos de democracia não conseguiram corresponder, ainda, as consignas históricas de Verdade e Justiça. Centenas de crianças permanecem seqüestradas (apropriadas), e o destino de dezenas de milhares de desaparecidos continua desconhecido.

zembro de 1977, das fundadoras do movimento Azucena Villaflor, Esther Ballestrino de Careaga e Maria Eugenia Ponce de Bianco no momento em que pretendiam tornar pública uma lista de nomes de desaparecidos. Do seu seqüestro participou o famigerado Alfredo Astiz, o “anjo da morte”, quem havia se infiltrado entre as *madres* apresentando-se como um jovem que procurava um irmão desaparecido. Astiz, acolhido por elas, as identificou para observadores escondidos a prudente distância, ao final de uma reunião na Igreja de Santa Cruz, onde as *Madres* se reuniam; em vez da *crúz de giz* brechtiana, o sinal foi um beijo nas *madres* malvadas, “o beijo da morte”. O ataque pretendia ser um aviso direto de que o regime não toleraria qualquer tipo de denúncia ou oposição. Na mesma ação foram detidas outras pessoas, entre as quais as freiras francesas que apoiavam a luta das *madres*, Alice Domon e Leonie Duquel; elas também foram desaparecidas. Azucena seria vista, ainda, pela última vez, no interior da *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA), um dos maiores centros de detenção e desaparecimentos utilizados pela ditadura Argentina. Os cadáveres das *madres* somente foram identificados em 2005. Sabe-se hoje que foram jogadas ao mar, ou seja, desaparecidas através do método dos “vãos da morte”. Seus cadáveres, devolvidos pelo mar, foram enterrados como N.N. (nenhum nome). Na tocante homenagem que lhes fizeram suas companheiras, ainda vivas, o grande paradoxo: “as que procuravam, finalmente foram encontradas”.

Um outro caso paradigmático, agora vinculado explicitamente à Operação Condor, foi o de Noemí Gianetti de Molfino, em julho de 1980. Ela foi seqüestrada junto com outras três pessoas, em Lima (Peru), por um comando de militares peruanos e argentinos, quando procurava pistas do filho desaparecido. Misteriosamente, seu corpo foi encontrado em um hotel de Madri, um mês após o seqüestro. Segundo alguns registros, nesse curto período de tempo, teria passado pela Bolívia. Tudo indica que fora vítima de uma sofisticada ação da *Condor* visando responsabilizar, por essa morte, a comunidade exilada na Espanha, envolvida em intensa campanha de denúncia e pressão junto ao governo espanhol sobre violação de direitos humanos na Argentina. Gianetti de Molfino foi encontrada envenenada em Madri. Havia entrado na Espanha com documentação falsa, provavelmente fornecida pelos seqüestradores. Na “versão oficial” dos fatos foi indicado que a vítima fugiu e acabou ultimada por um “ajuste de contas” entre exilados.¹⁶

Apesar dessas mortes e de tantos outros atentados contra elas, *Madres e Abuelas* persistiram na luta. Assim, estiveram na praça quando o ufanismo do futebol e a festa da Copa do Mundo quase ignorou o que realmente ocorria nos porões e na superfície da Argentina de 1978.¹⁷ E de lá não saíram quando fo-

¹⁶ “El Cóndor atacó también en España.” *Rebelión*, Madrid, 29 ago. 2004.

¹⁷ Como expressa a voz de León Gieco em belos e contundentes versos: “... fue cuando el fútbol se lo comió todo”. *La Memoria*, Álbum “Bandidos Rurales”, EMY, 2001.

ram abandonadas pelos governos democráticos e suas leis de impunidade e políticas de esquecimento induzido. Como elas sempre repetem: “Levaram nossos filhos, mas nascemos as *Madres*”.¹⁸

Em tempos de medo, ao clamar pelos seus filhos e denunciar a ditadura desde o interior da mesma, se tornaram sinônimo de coragem e de resistência. Em tempos de democracia e neoliberalismo, ao manter as exigências de justiça e de punição dos responsáveis, tornaram-se referência de coerência e reserva de ética e dignidade diante da indiferença, do silêncio e do esquecimento de muitos. Ao resgatar a luta dos seus filhos, a memória e a própria história, *Madres e Abuelas* construíram um profundo processo de consciência política e transformaram em modelo para outras organizações de direitos humanos. O seqüestro dos filhos e netos, da sua memória e da sua identidade gerou, paradoxalmente, novos protagonistas na luta pelo resgate da história e das memórias seqüestradas. Efetivamente, multiplicaram-se, por todo o Cone Sul, associações locais e regionais de ex-presos políticos, filhos de pais assassinados, filhos de desaparecidos, associações de netos de desaparecidos, etc. Isso implicou em novas formas de luta contra o esquecimento induzido e o silêncio oficial. Na Argentina, às marchas e a vigília das quintas-feiras somaram-se novas formas de luta pela memória, verdade e justiça. Os *escraches* (denúncias públicas contra repressores) organizados pelos HIJOS¹⁹, o *Teatro por la Identidad*, a constituição do *Banco Nacional de Datos Genéticos* e a *Universidad de las Madres* são exemplos bem concretos. Representam a colheita de solidariedade semeada por *Madres e Abuelas* e uma grande probabilidade de que a sua luta deverá persistir a sua futura ausência.

3.3 Grupo Clamor: O Brasil Solidário

A história de CLAMOR remonta a 1978, momento em que um número impreciso de refugiados do Cone Sul perambulavam pelo escritório da ACNUR, no Rio de Janeiro, e pela Arquidiocese de São Paulo. Buscavam ajuda, solidariedade e espaço para testemunhar relatos de torturas, seqüestros, execuções, desaparecimentos e seqüestro de crianças. O golpe de Estado na Argentina, em 1976, havia condenado centenas de milhares de argentinos e milhares de exilados chilenos, uruguaios, paraguaios, entre outros, a fugir daquela ratoeira em que se havia transformado aquele país. Alguns, procurando ficar o mais perto

¹⁸ MADRES DE PLAZA DE MAYO. *20 Años. ¡Ni un paso atrás!* (Discurso, 1997). Compilación: Asociación Rebelde y Esperanza. PolyGram Discos, 1998.

¹⁹ Sigla que dá o nome à organização *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*. Lembra-se que a palavra *hijos*, em espanhol, corresponde a filhos, em português. Portanto, representa a geração dos filhos dos desaparecidos.

possível “de casa”, arriscavam a vida no Brasil, submergindo na condição de clandestinos, refugiados ou ilegais.

Nesse contexto, a necessidade de brindar solidariedade e fazer ressoar as denúncias sobre o que ocorria nos países vizinhos fez com que o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, a jornalista Jan Rocha e o pastor Jaime Wright compusessem o núcleo inicial de CLAMOR, organização cujo nome fora escolhido por expressar o mesmo sentimento de denúncia em português e espanhol. Acolhidos por Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, vincularam a organização à Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e comprometeram-se a se dissolver quando voltasse a democracia.²⁰

A partir da publicação do seu Boletim, o CLAMOR passou a ter um instrumento estratégico de denúncia das perseguições e das medidas arbitrárias sofridas nos países vizinhos. Sua circulação nas difíceis condições de semiclandestinidade no Brasil, e de total clandestinidade nos outros países, produziu efeitos alentadores. O primeiro número, escrito em português, espanhol e inglês (o que demonstra o objetivo de atingir a imprensa, a opinião pública e as organizações internacionais de solidariedade), com uma tiragem de 1.500 exemplares, produziu um sopro de esperança para aqueles que tanto procuravam respostas e que sentiam, agora, que não estavam sozinhos nessa luta tão profundamente desigual. O segundo número divulgava muitos depoimentos sobre a tragédia Argentina e, pela primeira vez, registrava o seqüestro de um bebê. Dessa forma, a organização rapidamente se tornou centro de repercussão de denúncias, de difusão de informações e de procura de centenas de cidadãos desaparecidos na região. De fato, a rapidez das suas ações salvou muitos detidos em condição de seqüestrados.

A formação de uma rede de solidariedade foi alimentada com centenas de fotografias de presos políticos, cidadãos desaparecidos e crianças apropriadas. Dezenas de familiares se deslocavam desde seus países para prestar depoimento na organização e na imprensa brasileira aproveitando a situação de uma censura que, comparada aos demais países do Cone Sul, parecia ser bem menos rigorosa. Cartas e fitas com depoimentos chegaram de todo o continente. O drama silenciado em outros países encontrava condições para ser contado em São Paulo, da onde ecoava para o mundo. Aos poucos, as dimensões da tragédia ganharam divulgação concreta e os contornos do cotidiano do medo e das ações da organização criminoso regional foram sendo esboçados com maior precisão.

Na prática, guardadas as devidas proporções, o CLAMOR se configurou como uma estrutura de contrapeso da Operação Condor, pois possibilitou uma

²⁰ Ver: LIMA, Samarone. Clamor: la colcha de retazos de la memoria. In: DA SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

espécie de rede de informação em defesa das vítimas dos regimes autoritários. Mas, ao contrário da conexão repressiva que produzia morte, a ação do CLAMOR salvava vidas e lutava para reencontrar crianças roubadas das suas famílias. Durante anos, sob a sua proteção e o prestigioso e decidido respaldo da figura maiúscula de Dom Paulo Evaristo Arns, acolheram-se milhares de perseguidos e de familiares que encontraram, neles, uma voz que clamava por todas as vítimas.

3.3 A luta pelo elucidamento do Seqüestro de Porto Alegre

Em novembro de 1978, a cidade de Porto Alegre foi abalada diante de uma sinistra operação envolvendo agentes uruguaios e policiais do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). As vítimas eram quatro cidadãos uruguaios: Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, vinculados ao já mencionado PVP, e os filhos dela, Francesca (três anos) e Camilo (oito anos). Sua presença tinha sido detectada pelos serviços de inteligência uruguaia. Após ter suas bases na Argentina atingidas pelos ataques da Condor, o PVP tentava estabelecer pontos de apoio no Brasil, próximos do território uruguaio, para conectar a resistência interna com o exílio organizado. Porto Alegre havia sido a cidade escolhida para ser a base mais próxima da fronteira uruguaia.

O fato envolveu seqüestro, tortura no Palácio da Polícia, entrega à repressão uruguaia, novas sessões de tortura na fronteira - quando Lilián foi ameaçada de ser jogada ao mar (referência explícita aos “vãos da morte”). (CELIBERTI & GARRIDO, 1990. p. 19). Houve ainda uma decisão de voltar a Porto Alegre, com Lilián, para armar uma armadilha, no apartamento das vítimas, na expectativa de poder prender mais “subversivos”. Simultaneamente, o dispositivo de defesa do PVP havia sido acionado²¹; o jornalista Luiz Cláudio Cunha e o fotógrafo João Batista Scalco tinham sido incumbidos, pela revista *Veja*, após uma ligação anônima alertando de algo estranho naquele endereço, de checar a situação. A chegada da imprensa desmontou a armadilha montada pela Condor e a ação foi rapidamente desativada. Lilián foi levada definitivamente ao Uruguai enquanto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através do combativo advogado Omar Ferri, entrava em cena. A denúncia dos jornalistas repercutiu imediatamente e originou uma batalha de informação e contra-informação,

²¹ A ausência de contato telefônico de Lilián com determinado local, previamente combinado, alertou o dispositivo de segurança da sua organização. Durante o período em que a armadilha esteve montada, um telegrama chegado de Paris foi respondido com uma chamada telefônica de Lilián (diante dos seqüestradores) o suficientemente ambígua para que a organização desconfiasse e acionasse a imprensa. CELIBERTI; GARRIDO, op. cit., p. 25.

política e judicial que duraria meses e envolveria outros protagonistas importantes no esclarecimento dos acontecimentos e na defesa dos uruguaios, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, liderado por Jair Krischke.

Embora os uruguaios fossem entregues à ditadura uruguaia, esta não pode ignorar a pressão da imprensa internacional. Apesar de Lilián e Universindo acabarem presos, puderam sobreviver; da mesma forma, as crianças, as quais estiveram durante vários dias na condição de desaparecidas, mas que, ao fim, acabaram entregues à família. O fracasso do seqüestro de Porto Alegre expôs o grau de cooperação entre as ditaduras, a sintonia das suas forças de segurança e explicitou o envolvimento do Brasil no esquema de cooperação regional. Pela primeira vez, o método Condor era revelado e, com ele, o complexo encobrimento da conexão repressiva.

5.4 Martín Almada e o “Arquivo Do Horror”

Em 1992 ocorreu um fato de transcendental importância para elucidar o funcionamento do esquema Condor. Martín Almada, professor e ex-presos político paraguaio encontrou, em Lambaré, subúrbio de Assunção, um enorme arquivo policial com documentação sobre décadas de atuação da polícia daquele país, particularmente do período Stroessner, bem como ao respeito das outras ditaduras do Cone Sul e da cooperação dos EUA com as mesmas.

Almada, militante sindical e profissionalmente envolvido com temáticas vinculadas à educação, acabou detido em 1974, falsamente acusado de participação de um fracassado atentado contra o general Stroessner. Durante semanas foi terrivelmente torturado; em uma dessas sessões, os repressores obrigaram sua esposa, Celestina Pérez, a ouvir os gritos de Almada. O trauma sofrido por Celestina foi tão violento que, poucos dias depois, ocasionou a sua morte em função de uma parada cardíaca. A partir desse momento, Almada iniciou uma cruzada permanente contra a ditadura paraguaia. Em 1978, saiu da prisão e foi para um exílio que o levou por Panamá, França e Brasil. Decidido a exigir justiça, começou a estudar o funcionamento da máquina policial paraguaia e suas vinculações externas, o que lhe permitiu aproximar-se da estrutura Condor. Voltando ao país, após o fim da ditadura, mas correndo risco de vida diante do entulho autoritário ainda vigente, Almada, decidido a apurar responsabilidades, realizou uma verdadeira operação detetivesca atrás de informação e informantes que lhe permitissem entender todos os meandros por detrás da sua detenção e da morte da sua esposa. Foi assim que, acompanhado por jornalistas e procuradores, conseguiu chegar até o que depois se denominaria “Arquivo do Horror”.²²

²² Informações correspondentes a Martín Almada. Cf. DINGES. Op. cit, cap. 14.

O volume de documentação encontrado foi impactante, superando as expectativas mais otimistas quanto à possibilidade de revelar estruturas tão clandestinas e encobertas até então, sobretudo se levarmos em conta a quase total inexistência de arquivos repressivos naquele momento. Os milhares de documentos esquecidos pelo tempo e pela imprudência dos gestores policiais contribuíram para revelar o funcionamento do esquema Condor. Ao se tornarem públicos permitiram a recuperação de informações sobre eventos até então pouco conhecidos ou totalmente ignorados, assim como se tornaram fatores pedagógicos quanto ao caráter conscientizador que sua divulgação passou a desencadear.

A publicização dessa documentação e do seu acesso propiciou que processos judiciais há muito tempo paralisados fossem destravados, proporcionando condições para que inúmeros repressores fossem levados à justiça ou, acudados, se refugiassem em outros países (caso do próprio Stroessner, quem recebeu asilo político do governo brasileiro). (BOCCIA PAZ; PALAU & SALERNO, 2007, p. 76-80). O “Arquivo do Horror” permitiu, também, fundamentar juízos contra repressores argentinos e chilenos no contexto da Operação Condor. Efetivamente, em relação a esta, o arquivo se configurou como a maior fonte documental existente sobre a conexão regional no Cone Sul. Documentos como convites para reuniões de preparação, ata de fundação, entrega de prisioneiros, organogramas, minutas, lista de participantes, explicitação dos termos e das fases de colaboração, códigos secretos, documentos de identificação falsos, entre tantos outros, permitiram confirmar muitas das informações esparsas fornecidas por vítimas sobreviventes e ampliar, consideravelmente, o conhecimento sobre a lógica dessa estrutura encoberta, através de pesquisas acadêmicas e jornalísticas.

5.5 O julgamento de Pinochet: o fim da Impunidade Vitalícia

A cidade de Londres foi palco, em novembro de 1998, de intensa batalha judicial que teve como alvo essencial garantir a detenção do até então intocável e temido Augusto Pinochet. O cenário de marchas e contra-marchas da luta pela justiça e contra a impunidade e o anestesiamiento do passado recente do Cone Sul foi estremecido pela solicitação do juiz espanhol Baltasar Garzón às autoridades britânicas da detenção do ex-ditador chileno, quem se encontrava de passagem na Inglaterra. Garzón vinha acompanhando, desde vários meses, uma ação apresentada por Joan Garcés, antigo assessor de Salvador Allende, sobre o desaparecimento do padre espanhol Antonio Gidó, no Chile. Nessa causa, somaram esforços diversos grupos de direitos humanos e de familiares de vítimas, aumentando o número de denúncias e incorporando outros casos. Confluíram também, nesse processo, documentos trazidos a público pelo In-

forme Rettig, pelo Grupo CLAMOR e, finalmente, pelo “Arquivo do Horror”.

Sobre a base dessas provas documentais, o juiz Garzón solicitou ao governo britânico a extradição de Pinochet. Nos autos do processo foram a ele imputados, entre outras acusações, a de liderar a Operação Condor, ser o principal responsável de delitos de genocídio, Terrorismo de Estado e torturas, além de ser o chefe maior da DINA e de outros órgãos policiais secretos utilizados para a repressão. Pinochet, apesar do esforço dos seus advogados em apelar para o status de “imunidade soberana”, garantido pelo cargo pouco democrático de senador “vitalício”, reconhecido pela constituição chilena, teve esse privilégio negado, segundo normas de tratados internacionais.

Enquanto o processo se arrastava, uma onda de manifestações contra o ditador se propagou por todo o Chile e outras partes do mundo. A bem da verdade, não se pode ignorar que no Chile também havia manifestações ao seu favor. Após intenso debate e quase um ano de detenção domiciliar, os tribunais britânicos se pronunciaram pela extradição. Entretanto, pressões dos governos da Espanha, da Inglaterra e do Chile fizeram com que, por questões humanitárias de saúde, o pedido fosse anulado e Pinochet pudesse voltar ao seu país.

Independente dessa resolução, o impacto produzido pela detenção e tentativa de extradição havia atingido a aura de invulnerabilidade do ex-ditador. As comemorações dos seus partidários, ao voltar a Santiago, não impediram intenso debate sobre seu regime e pressões para que a justiça chilena, finalmente, assumisse sua autonomia e, de acordo com as massivas manifestações que exigiam justiça, se pronunciasse. Na prática, a batalha jurídica da Inglaterra fez com que, de certa forma, boa parte da sociedade transandina perdesse o medo ou acordasse de uma passividade constrangedora e decidiu encarar o seu maior fantasma incorporando para si a luta pelos desaparecidos e contra a impunidade. Nos seus últimos dias, o ex-ditador teve que conviver com o descrédito e a repulsa de muitos concidadãos, sensível queda de prestígio e prisões domiciliares. A empáfia da impunidade permanente sumiu no crepúsculo da senilidade e do desprezo público. E, paralelamente, ao definhar o velho condor, eram recuperadas das camadas de silêncio e desmemória as conseqüentes figuras do presidente Salvador Allende e do cantor e compositor Víctor Jara. O recado fora dado; mesmo passados tantos anos, nem Pinochet, o mais imune e vitalício dentre todos os impunes, estava a salvo de ser julgado pelas regras da lei ou do menosprezo dos homens.

6 Reflexões finais

Nos anos 90, após o fim das últimas ditaduras na região (Stroessner e Pinochet), os crimes cometidos sob a sombra do *Condor* passaram a ser alvo da

justiça européia e dos Estados Unidos, destacando-se o caso Letelier e, como já foi apontado, as investigações levadas adiante por Baltazar Garzón. Em novembro de 1997, a justiça espanhola que acolhera denúncias de crimes contra cidadãos espanhóis, cometidos pelas ditaduras do Cone Sul, já se havia pronunciado em relação à Operação Condor e a qualificara como organização criminosa de associação ilícita responsável por assassinatos, lesões e detenções ilegais que resultaram, na maioria dos casos, em desaparecimentos forçados. Afirmava, ainda, que a mesma havia sido sustentada pela estrutura militar e que possuía atividade oculta, ilegal e paralela à organização institucional, e que se caracterizava, também, por permanecer no tempo.²³

Em 2001, foi a vez da justiça argentina se pronunciar, diante da petição encaminhada por seis vítimas da Operação Condor naquele país. O juiz Rodolfo Canicoba Corral após meses de intensa análise das provas documentais e de depoimentos colhidos pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), publicou o *Exhorto*²⁴, no qual delineava, definitivamente, a essência da Operação Condor:

- associação ilícita entre os imputados de hierarquia política ou militar superior para cometer delitos de seqüestro agravado, aplicação de tormentos, homicídio e desaparecimento forçado de pessoas no território dos países envolvidos e mediante o uso criminoso do aparato do Estado respectivo;
- existência de uma ação criminosa contra a ordem constitucional de cada um dos Estados membros, ao coordenar ações tendentes a suprimir e/ou manter a supressão - no território de cada um deles - das instituições representativas, tendo-se apoiado para isso de forma recíproca na continuidade dos regimes usurpadores;
- existência de uma ação criminosa contra a soberania e a integridade territorial de cada uma das partes integrantes do Plano Condor, tendente a suprimir, mediante ações militares ou paramilitares clandestinas, o direito de asilo para assegurar a impunidade;
- ação criminosa para assegurar a impunidade dos crimes que constituíram o objetivo do Plano Condor, o que se traduziu na desinformação sistemática e na destruição ou ocultação de provas, praticados pelos organismos estatais, coordenada em escala internacional.

Diante disso, Canicoba Corral concluiu que o Plano Condor foi uma vasta organização criminosa baseado num acordo do máximo nível político e militar

²³ Auto de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional, 5 nov. 1997. In: GUTIÉRREZ CONTRERAS, J. VILLEGAS DÍAZ, M. Derechos Humanos y Desaparecidos en Dictaduras Militares. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga>>. Acesso em 11 dez. 2007.

²⁴ Exhorto del juez Rodolfo Canicoba Corral para la captura de los militares José Nino Gavazzo, Manuel Cordero, Jorge Siveira y Hugo Campos Hermida. Buenos Aires, 21 jun. 2001.

envolvendo Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, com sede em Santiago, e que atuou no Cone Sul visando o seqüestro ilegal de pessoas, seu desaparecimento, morte e/ou tormento, sem importar limites territoriais ou nacionalidades das vítimas. Desse acordo, surgiu o compromisso de obter, intercambiar e organizar informação de inteligência e realizar operações conjuntas contra alvos definidos em todos os países membros, prevendo o traslado das vítimas de um país a outro.

A atuação do esquema Condor e dos seus comandos de *desaparecedores* foi complexa, clandestina e protegida por refinados serviços de inteligência, estruturas político-diplomáticas regionais mancomunadas e pelo sinal verde dos EUA. Entretanto, cabe mencionar que um dos seus maiores fracassos resultou da percepção e da curiosidade de uma das suas vítimas mais perigosas: uma criança de oito anos, Camilo. Foi ele quem deu indícios à imprensa de que, após terem sido detidos, ele e a pequena Francesca haviam sido levados a um prédio que tinha uma janela através da qual via *un arroyito* (arrozinho). Poucos dias depois reconhecia o prédio em uma fotografia que lhe fora alcançada pela imprensa: tratava-se do Palácio da Polícia de Porto Alegre. A gravidade dessa revelação esclarecia, definitivamente, o que até então era veementemente negado pelas autoridades brasileiras (fardadas ou não); ou seja, que a polícia gaúcha havia participado efetivamente do seqüestro dos uruguaios, nas ruas de Porto Alegre. Camilo, espontaneamente, não só denunciava a existência de um seqüestro produzido por forças binacionais como dava pistas para começar a conhecer as entranhas da *Condor*. Considerando o poder, a infra-estrutura e a impunidade protetora da organização criminoso, não deixa de ser surpreendente que uma criança e uma simples fotografia tenham sido tão contundentes na luta contra essa poderosa conexão.

A luta contra os crimes cometidos pelas ditaduras de Segurança Nacional e da Operação Condor tem constituído uma constante resistência contra a impunidade, a mentira, o medo e a omissão. Mesmo assim, têm havido avanços, apesar dos pactos de silêncio ainda vigentes, verdadeiros entraves que se projetaram para além do período daqueles regimes. Do mesmo modo, é louvável a luta conseqüente de *Madres, Abuelas*, Familiares (de todos os países), do ativista Martín Almada, de organizações que não existem mais, como o Grupo Clamor, e de tantas outras que sequer foram mencionadas neste artigo, como o Grupo Tortura Nunca Mais, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), o *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), a Anistia Internacional, etc. E, fundamentalmente, do trabalho de militantes anônimos, sobreviventes, capazes de grandes e pequenos gestos, fundamentais para expor o Terrorismo de Estado, ajudar a esclarecer fatos, recuperar crianças, fornecer informações vitais para encontrar pistas dos milhares de desaparecidos do Cone Sul e persistir na exigência de levar à justiça os repressores.

Bibliografia

- ALMADA, Martín. Un sueño libertario que terminó en una pesadilla: El Operativo Cóndor. Palestra apresentada na mesa *Terror de Estado: alvos, seqüelas, impunidade*. A *História bem contada*. Organizada pela Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura. II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2002.
- BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002.
- BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. Asunción: Servilibros, 2006.
- BOCCIA PAZ, Alfredo; PALAU, Rosa; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: Los Archivos del Terror*. Asunción: Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, 2007.
- CALLONI, Stella. *Los años del lobo. Operación Cóndor*. Buenos Aires: Peña Lillo, Ediciones Continente, 1999.
- CALLONI, Stella. *Los archivos del horror del Operativo Cóndor*. Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/arg>>. Acesso em: 8 ago. 2006.
- CELIBERTI, L.; GARRIDO, L. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: ARCA, 1990.
- CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o seqüestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- DINGES, John. *Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUTIÉRREZ CONTRERAS, J. C.; VILLEGAS DÍAZ, M. *Derechos Humanos y Desaparecidos en Dictaduras Militares*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga>>. Acesso em 11 dez. 2007.
- INVESTIGACIÓN HISTÓRICA SOBRE DETENIDOS DESAPARECIDOS. t. 3. Datos de las víctimas. Fichas Personales. Montevideo: Presidencia República Oriental del Uruguay: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007.
- LIMA, Samarone. Clamor: la colcha de retazos de la memoria. In: DA SILVA CAPELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- MOTTA, Aricildes de Morães (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. t. 1.
- ROJAS BAEZA, Paz et al. *La gran mentira: el caso de 119 detenidos desaparecidos*. Santiago: Lom Ediciones, 2005.
- SEPÚLVEDA RUIZ, Lucía. *119 de nosotros*. Santiago: Lom Ediciones, 2005.
- Organon, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009, p.115-38

SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque*. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989.

SOANE, María; MULEIRO, Vicente. *El Dictador. La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.